ASPECTOS LEGAIS SOBRE O EMPREGO DA FORÇA EM CONFLITOS ARMADOS

LUIZ BARROS DA SILVA
Capitão-de-Fragata

SUMÁRIO

Introdução

Direito da guerra

Direito à guerra

Direito na guerra

Direito de Genebra

Direito de Haia

Pacto de Paris

Carta das Nações Unidas

Ameaça e uso da força

Casos permitidos de uso da força

A agressão

Considerações sobre o direito da guerra

O caso Kosovo

Direito de Nova Iorque

Direito de Haia e Direito de Genebra e suas evoluções

Conflito armado internacional

Conflito armado não-internacional

O Direito de Guerra e a ONU

O DICA e seu emprego

Princípio da destruição

Princípio da limitação

Princípio da proporcionalidade

Princípio da humanidade

Princípio da necessidade militar

A neutralidade

Conclusão

INTRODUÇÃO

Ao longo de todas as épocas, a guerra esteve presente no relacionamento entre os povos.

Mas as guerras e seus métodos sempre tiveram, através dos tempos, suas limitações.

Com o decorrer dos tempos, as normas que regulavam tanto o início das beligerâncias quanto à conduta em combate foram sofrendo alterações. Portanto, mesmo que, a título de introdução ao Direito da Guerra, torna-se para seu estudo que se conduza uma sucinta retrospectiva sobre sua evolução.

DIREITO DA GUERRA

O Direito Internacional (DI) surgiu, eminentemente, como um direito de guerra¹, uma vez que as relações entre os Estados eram, em seus primórdios, de natureza essencialmente militar. Nesse contexto, apareceram as primeiras normas consuetudinárias² referentes ao Direito da Guerra.

Direito à guerra

O Direito da Guerra, ao longo de sua evolução, passou a ser conformado por duas partes.

A primeira parte estava respaldada no direito de fazer a guerra, o qual, com a evolução da história, por meio da afirmação da soberania e do fortalecimento do poder central na sociedade, passou a ser uma prerrogativa exclusiva do Estado³. Ou seja, o "Direito à Guerra" – o *ius ad bellum* – re-

presentava o direito do Estado de recorrer à força em suas relações internacionais, na defesa de seus interesses. Por conseguinte, o emprego da força, como método para dirimir controvérsias internacionais, era algo válido. A guerra era lícita. Além disso, como assinala Christophe Swinarski, "nas relações internacionais, a recorrência à força correspondia ao atributo supremo da soberania de um Estado"⁴. Entretanto, como será exposto adiante, o recurso à violência nas relações internacionais somente permaneceu válido até a entrada em vigor da Carta das Nações Unidas, que veio vetar definitivamente o uso da força nas relações internacionais como método de solução de controvérsias.

Direito na guerra

O outro ramo do Direito da Guerra está contido em um corpo de normas, que tem por propósito regular o comportamento dos beligerantes, a partir do momento em que se inicia um conflito armado. Tais normas constituem o "Direito na Guerra" – o *ius in bello*.

Até 1856, todas as normas inerentes ao Direito da Guerra eram consuetudinárias. Naquela data, foi acordada a primeira convenção multilateral que veio regulamentar o Direito da Guerra - a Declaração de Paris sobre a Guerra Marítima. Entretanto, a Convenção tratava, apenas e especificamente, de métodos de guerra naval, proibindo o corso e exigindo efetividade para o bloqueio naval, bem como reconhecia a proteção devida ao pavilhão neutro no mar.

1 N.A.: MELLO, Celso D. de Albuquerque Celso. *Curso de Direito Internacional Público*. 11.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, v.2. pag.1322.

2 N.A.: Fundado nos costumes (*Dicionário Aurélio* – 1999).

3 N.A.: No período medieval ocorriam guerras entre nacionais de um mesmo reino, ou de reinos distintos, consideradas guerras privadas.

4 N.A.: SWINARSKI, Christophe. *Introdução ao Direito Internacional Humanitário*. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1993. pag 13.

Embora as normas constituintes do Direito da Guerra, que regulavam as relações entre Estados em conflito, remontassem às origens do Direito Internacional como normas consuetudinárias, considera-se a origem do moderno Direito da Guerra o ano de 1864, quando foi celebrada a Convenção de Genebra para melhoria da sorte dos militares feridos nos exércitos em campanha.

Direito de Genebra

A partir dessa data, por meio do desenvolvimento e da codificação de normas que visam a prover **proteção às vítimas dos conflitos armados**, surgiu, no *jus in bello*, a vertente que passou a ser denominada de Direito de Genebra. Nesse contexto, cabe assinalar que a Convenção de 1864 constituiu a outorga da proteção do Direito Internacional a toda uma categoria de vítimas dos conflitos armados, limitando, desta forma, a soberania do Estado na condução das hostilidades, no tocante aos indivíduos envolvidos nas mesmas⁵.

Direito de Haia

Tendo em vista a evolução dos armamentos, que passaram a dispor de maior capacidade de destruição, os Estados consideraram necessário também estabelecer

limites aos meios e aos métodos de combate. A idéia básica que motivou tal resolução foi evitar-se a destruição e o sofrimento desnecessários na guerra. Tal vontade, implementada inicialmente pela “Declaração de São Petersburgo, de 1868, para proscrever, em tempo de guerra, o emprego de projéteis explosivos ou inflamáveis”, foi posteriormente consolidada nas Convenções de Haia de 1899 e de 1907. Dessa forma, surgiu a outra vertente que conforma o *jus in bello*, ou seja, o “Direito de Haia”, que trata da **limitação dos meios e métodos de combate**.

Os dois corpos de normas citados – o Direito de Genebra e o Direito de Haia – constituem, em seu conjunto, o *jus in bello*, que corresponde à parte do Direito da Guerra pelo qual é regido o comportamento do Estado em caso de conflito armado. Tal conjunto de normas vem sendo atualizado com o decorrer do tempo.

Pacto de Paris

Depois da Primeira Guerra Mundial, foi concluído, em 27 de agosto de 1928, o Pacto de Briand-Kellogg, também conhecido como Pacto de Paris ou de “renúncia à guerra”. Esse Pacto, que possuía somente dois artigos, **estabelecia a renúncia à guerra** como instrumento de política internacional, condenava a utilização do recurso à guerra na resolução de controvérsias in-

5 N.A.: SWINARSKI, Christophe, op.cit., p.15.

ternacionais e exortava os Estados a adotarem meios pacíficos para a solução das mesmas. Apesar das boas intenções então existentes, tendo em vista o concertamento internacional visando à limitação do direito à guerra por parte dos Estados, este direito continuou a ser exercido.

Carta das Nações Unidas

Ao término da Segunda Guerra Mundial, com a entrada em vigor, em 1945, da Carta das Nações Unidas, a utilização da força para a solução de controvérsias entre Estados passou a ser proibida. O artigo 2º parágrafo 4º da Carta prevê: "Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a **ameaça** ou o **uso da força** contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas". Tal disposição é considerada fundamental na disciplina atual sobre o uso da força no Direito Internacional.

Portanto, faz-se necessário um esclarecimento específico quanto aos termos ameaça e uso da força constantes na disposição.

Ameaça e uso da força

De acordo com Natalino Ronzitti⁶, a palavra força constante do parágrafo refere-

se somente à força armada, o que tem sido corroborado por interpretações sistemáticas do texto da Carta neste sentido⁷.

Agrega ainda que a ameaça do uso da força é de difícil determinação, com exceção de alguns exemplos macroscópicos, tal como um *ultimatum*⁸.

Vejamos outros casos

Pode, por exemplo, a constituição e criação de um importante nível de armamento, por parte de um Estado, ser considerada como uma ameaça de uso da força contra os Estados vizinhos? A Corte Internacional de Justiça (CIJ) o excluiu.

Na controvérsia entre Nicarágua e os Estados Unidos da América ocorrida em 1986, a Corte Internacional de Justiça afirmou que, segundo o direito internacional consuetudinário, não existem vínculos ao nível de armamento de cada Estado. Tais vínculos poderiam somente derivar do direito convencional e, em particular, dos tratados de limitação de armamentos.

Também não constitui ameaça do uso da força o exercício de um direito por parte de um Estado. Por exemplo, se um Estado "mostra a bandeira" em águas internacionais, ele estará exercendo um direito que lhe deriva do princípio da liberdade de navegação do alto-mar, estabelecido tanto pela Convenção de Genebra sobre o Alto-Mar de 1958, quanto pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982. Iguais considerações

6 N.A.: O Professor Natalino Ronzitti é docente de Direito Internacional na Universidade de Pisa e colaborador junto à Academia Naval e o Instituto de Guerra Marítima da Itália.

7 N.A.: É também conhecido o fato de que, durante a Conferência de São Francisco, que conduziu à adoção da Carta, o Brasil propôs que, ao qualificar a palavra força, também fosse incluída a proibição da coerção econômica neste parágrafo. Mas a emenda brasileira foi rejeitada.

8 N.A.: Usava-se, principalmente em Direito Internacional Público, para expressar a exigência, o último aviso que um Estado endereçava a outro, implicando declaração de guerra a não-aceitação das condições impostas.

são válidas para as manobras militares efetuadas em alto-mar⁹.

Casos permitido do uso da força

Com a negação do uso da força nas relações internacionais para solução de controvérsias, a guerra foi formalmente proscrita. Entretanto, na Carta das Nações Unidas estão previstas **três exceções** quanto ao emprego da força nas relações internacionais, que tornariam lícito o seu emprego.

A **primeira exceção** refere-se ao emprego da força como **medida de segurança coletiva**, por decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), de acordo com o capítulo VII da Carta.-

Em matéria de manutenção da paz e da segurança internacionais, os poderes do Conselho de Segurança são "exclusivos", ou seja, suas funções não podem ser exercidas por outros órgãos das Nações Unidas.

O artigo 39 estabelece que o Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser adotadas, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Os poderes de intervenção do Conselho cabem tanto para conflitos armados internacionais, quanto para conflitos armados não internacionais, caso possuam potencial para comprometer a paz.

As medidas decididas pelo Conselho de Segurança inicialmente serão de caráter

coercitivo, sem contar com o emprego de força armada, como estabelecido no artigo 41 da Carta. Entretanto, caso tais medidas demonstrem ser inadequadas, poderá ser levado a efeito o emprego da força armada, também por decisão do Conselho de Segurança, de acordo com o artigo 42 da Carta, por meio da ação militar julgada necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Devido às injunções políticas existentes durante o período da Guerra Fria, as potências recorriam constantemente ao direito de veto no âmbito do Conselho de Segurança, resultando na falta de atuação do capítulo VII da Carta.

Tal situação levou rapidamente os Estados a se protegerem através de acordos de segurança coletiva, como previsto no capítulo VIII da Carta. Tais acordos organizam previamente a legítima defesa coletiva, constituindo uma fragmentação do sistema de segurança. Entretanto, tais arranjos de segurança são perfeitamente legítimos, desde que sejam implementados de acordo com o artigo 51 da Carta. A unanimidade lograda no Conselho de Segurança na questão do Iraque e as 13 resoluções votadas contra este Estado, devido à ocupação do Kuwait, no período de 1990 a 1991, representaram um primeiro desvio da praxe anterior, de inoperância do capítulo VII da Carta¹⁰.

A **segunda exceção** à proibição geral da guerra é o direito ao recurso da força em caso de **guerra de libertação nacional**, contra a dominação colonial, a ocupação militar estrangeira e os regimes racistas.

9 N.A.: É interessante enfatizar, portanto, que, em uma manobra de crise, abre-se a prerrogativa legal de utilização do Poder Naval em alto-mar, por meio de uma demonstração de força, sem que a parte adversa possa alegar tal ocorrência como um descumprimento do Direito Internacional.

10 N.A.: O Conselho de Segurança, em 1950, "na ausência do membro soviético", conseguiu adotar uma deliberação com a qual recomendava a intervenção em favor da Coreia do Sul.

A última exceção ao uso da força nas relações internacionais corresponde ao direito de **legítima defesa individual ou coletiva**, no caso da ocorrência de um ataque armado, como preceitua o artigo 51 da Carta da ONU.

Entretanto, a utilização da força em legítima defesa deve cessar, na eventualidade de adoção de medidas concretas para restabelecimento da paz e da segurança internacionais por parte do Conselho de Segurança. Deve ser observado que esta é uma ocorrência que, tendo em vista os desdobramentos políticos internacionais, nem sempre ocorrerá.

De qualquer modo, o Estado, ao agir em legítima defesa, tem o dever de informar o Conselho de Segurança sobre as medidas adotadas. Esta obrigação, que está convencionalmente prevista, visa manter o Conselho de Segurança devidamente informado, a fim de que este órgão possa verificar se a ação iniciada constitui efetivamente legítima defesa e não, em verdade, está dissimulando uma agressão.

No âmbito da utilização da força em legítima defesa, por meio da adoção de uma "guerra defensiva", reside a mais sensível brecha para que os países continuem recorrendo à força para resolver suas controvérsias, tendo em vista a dificuldade que a comunidade internacional possui para definir agressão, bem como devido à problemática política envolvida.

A agressão

Quanto à definição de agressão, é interessante registrar a seguinte abordagem de Celso D. de Albuquerque Mello¹¹: "A grande dificuldade que encontrou a ONU para a definição de agressão era o que os Esta-

dos já haviam realizado antes, e não desejavam que tais atos fossem caracterizados como atos de agressão. Enfim, não desejavam admitir que já haviam violado a Carta da ONU.

Entretanto, a Assembléia Geral, em 1974, aprovou finalmente, em uma Declaração, a definição de agressão, como especificado a seguir:

- a) o uso da força armada;
- b) o bombardeio;
- c) um ataque armado contra o território, mar territorial ou Força Armada de outro Estado;
- d) a implementação de um bloqueio;
- e) um Estado permitir que seu território seja utilizado por outro Estado para agredir um terceiro; e
- f) o envio de grupos armados ou de mercenários para atacarem outro Estado.

A Declaração agregou ainda que o Conselho de Segurança poderá determinar outros atos que sejam considerados como agressão".

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO DE GUERRA

Desta forma, o Direito da Guerra, que possuía dois corpos, o Direito à Guerra – o *jus ad bellum*, e o Direito na Guerra – o *jus in bello*, após a entrada em vigor da Carta das Nações Unidas, sofreu uma modificação significativa.

O Direito à Guerra – o *jus ad bellum* foi proibido, sendo que as únicas formas lícitas de emprego da força nas relações internacionais, previstas na Carta, passaram a ser tratadas como conflitos armados.

Do direito da guerra clássico, portanto, permaneceu somente como ramo do Direito da Guerra – o *jus in bello*, pelo qual

11 N.A.: MELLO, Celso D. de Albuquerque Celso. Direitos Humanos e Conflitos Armados. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. pag.116.

deve ser regido o comportamento dos beligerantes em um conflito armado.

No Direito da Guerra vigente – o *ius in bello* –, possui duas vertentes bem determinadas:

– O Direito de Genebra, que trata da proteção internacional das vítimas dos conflitos armados; e

– O Direito de Haia, que trata da limitação aos meios e métodos de combate.

Cabe aclarar que, na literatura existente sobre o uso da força nas relações internacionais, o leitor defronta-se com distintas denominações quanto ao corpo de normas que regula sua utilização. Direito da Guerra, Direito Internacional Humanitário (DIH), Direito Internacional Aplicado aos Conflitos Armados (DICA) são as diversas denominações utilizadas.

Mas por que tal diversidade? Porque reflete a evolução desse ramo do Direito Internacional ao longo dos anos. Entretanto, esta distinta nomenclatura refere-se a um mesmo conjunto de normas.

O Direito da Guerra é a nomenclatura mais antiga. O Direito Internacional Humanitário passou a ser mais utilizado após a Conferência Diplomática para Elaborar as Convenções Internacionais Destinadas a Proteger as Vítimas da Guerra, que resultou na elaboração das quatro Convenções de Genebra, de 12 de agosto de 1949. Já a denominação de Direito Internacional Aplicado aos Conflitos Armados (DICA), após a entrada em vigor da Carta da ONU, passou também a ser utilizada.

Hoje, observa-se também a utilização da expressão Direito da Guerra para referir-se ao ramo que trata da limitação aos meios e métodos de combate, no âmbito do Direito

de Haia, e de Direito Internacional Humanitário, para o que trata da proteção internacional das vítimas dos conflitos armados, no âmbito do Direito de Genebra.

Entretanto, o correto é que tais normas compõem um corpo único e os três nomes citados, Direito da Guerra, Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional Aplicado aos Conflitos Armados podem ser utilizados indistintamente em sua referência. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Instituto Internacional de Direito Humanitário¹² utilizam indistintamente as três nomenclaturas citadas.

Tal postura, doravante, será adotada neste trabalho.

Apesar da proibição do uso da força nas relações internacionais, observa-se que o emprego da violência nas relações intra e interestatais continua sendo uma realidade irrefutável. “Desde 1900, se contarmos cuidadosamente, o mundo assistiu a 237 novas guerras – civis e internacionais; e a partir da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se, a cada 14 meses mais ou menos, em algum lugar, um novo conflito internacional expressivo.”¹³

O caso Kosovo

Um caso digno de registro de recorrência à força nas relações internacionais, em desacordo com a Carta da ONU, ocorreu na recente intervenção levada a cabo contra as forças sérvias pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na província do Kosovo, em 1999.

Não houve uma decisão do Conselho de Segurança, de acordo com o artigo 42 da Carta, determinando o emprego da força

12 N.A.: Este Instituto, localizado em San Remo, Itália, realiza diversos cursos sobre a difusão do Direito Internacional Humanitário ao longo do ano, ministrados em diversos idiomas, tendo como público alvo militares e civis de diversos países.

13 N.A.: MELLO, Celso D. de Albuquerque Celso. *Direitos Humanos e Conflitos Armados*. Op.cit. pag.74, 75.

armada na região. A força foi empregada, sem que houvesse mandato outorgado pelo Conselho de Segurança à OTAN, autorizando tal ação militar.

Cabe agregar, com relação aos acordos regionais de segurança coletiva, que a outra prerrogativa que permitiria seu emprego legal seria aquela baseada na observância à legítima defesa individual ou coletiva. E tal situação não ocorreu para facultar o emprego da OTAN.

Por ocasião de um seminário no United States Naval War College¹⁴, o representante norte-americano justificou, por meio de uma exposição, a intervenção no Kosovo como um "dever de ingerência", baseado nos seguintes aspectos da ótica norte-americana:

- a região estaria vivendo uma crise humanitária de grandes proporções;
- existia uma ameaça à segurança regional européia;
- havia a necessidade de manter-se a credibilidade da OTAN;
- ocorriam violações graves ao Direito Internacional Aplicado aos Conflitos Armados;
- existia a necessidade de garantir a proteção aos observadores da Organização de Segurança e Cooperação Européia (OCSE); e
- existia o apoio de diversos países europeus para a intervenção, o que caracterizava sua legitimação.

Por fim, houve o reconhecimento implícito de que foi cometida uma ilegalidade, ou seja, recorreu-se à utilização da força nas re-

lações internacionais, em desconformidade com o estabelecido na Carta da ONU.

Para finalizar esta sucinta análise sobre a intervenção no Kosovo por parte da OTAN, é interessante relembrar que, no artigo 53 da Carta da ONU, está previsto: "O Conselho de Segurança utilizará, quando for o caso, tais acordos e entidades regionais para ação coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito de conformidade com acordos ou entidades regionais sem autorização do Conselho de Segurança...". Este dispositi-

vo legal tende a enfatizar a ilegalidade da intervenção, tal como foi conduzida.

Das regras do direito internacional clássico da guerra só restam as tendentes a tornar o conflito armado mais humano, no tocante ao seu desenvolvimento. E tais regras, que estão consolidadas atualmente nas limitações e proibi-

ções do Direito de Haia e no estatuto de proteção às vítimas dos conflitos armados do Direito de Genebra, conformam, em seu conjunto o DICA¹⁵, que pode ser definido como se segue: "Conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não-internacionais, e que limita, por razões humanitárias, o direito das Partes em conflito de escolher livremente os métodos e meios utilizados na guerra, e que protege as pessoas e os bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito"¹⁶.

No caso do Kosovo, recorreu-se à utilização da força nas relações internacionais, em desconformidade com o estabelecido na Carta da ONU

14 N.A.: Seminário ocorrido durante o XXVII Jogo de Guerra Interamericano no NWC, Newport, Rhode Island, Estados Unidos da América, no período de 01 a 04 de novembro de 1999.

15 N.A.: DICA ou DIH ou direito da guerra; todas as denominações são válidas.

16 N.A.: SWINARSKI, Christophe, *op.cit.*, p.18.

Direito de Nova Iorque

Alguns autores identificam uma terceira vertente no Direito da Guerra (além do Direito de Genebra e do Direito de Haia) na contribuição dos organismos internacionais, principalmente a ONU, notadamente em matéria de limitação de armas, batizada de Direito de Nova Iorque. Tal contribuição ficou evidente com a Convenção das Nações Unidas sobre Proibições ou Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais de 1980, que teve como propósito proibir ou restringir o emprego de certas armas convencionais, que podem ser consideradas como excessivamente nocivas ou de efeitos indiscriminados.

Direito de Haia e Direito de Genebra e suas evoluções

Há uma tendência de se confundir a vertente do Direito de Haia com a contribuição da ONU, na medida que esta segunda também trata de limitações aos meios e métodos de guerra. Entretanto, a vertente do Direito de Haia tem seu foco principal na condução da guerra propriamente dita, regulando seus meios e métodos de combate, enquanto o Direito de Nova Iorque trata principalmente da limitação, controle, produção, estocagem, deslocamento e destruição de algumas armas.

Aos conflitos armados de nossos dias são aplicáveis os textos do Direito de Haia e o Direito de Genebra. O primeiro abarca a Declaração de São Petersburgo, de 1868, as Convenções de Haia, de 1899 e 1907, o Protocolo de Genebra¹⁷, de 1925, sobre a proibição do uso na guerra, de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos, e a Convenção de Haia, de 1954, para a proteção dos bens culturais em caso

de conflito armado. Quanto ao Direito de Genebra, são aplicados os textos internacionais constantes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, que versam, respectivamente:

- sobre a melhoria das condições dos feridos e dos enfermos das Forças Armadas em campanha;
- a melhoria das condições dos feridos, enfermos e náufragos das Forças Armadas no mar;
- o tratamento de prisioneiros de guerra; e
- a proteção dos civis em tempo de guerra, e seus Protocolos Adicionais, de 1977.

Os Protocolos Adicionais I e II as Convenções de Genebra de 1949 versam, respectivamente, sobre a proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais e dos conflitos armados não-internacionais.

Desde a Convenção de Genebra de 1864, o Direito de Genebra foi sofrendo modificações e desenvolvimentos importantes ao longo do tempo. O Direito de Haia, entretanto, não tem sido alvo de atualizações significativas desde 1907.

As Convenções de Genebra de 1949 trouxeram algumas novidades, entre as quais se destacam sua aplicação aos conflitos armados em geral que possam surgir entre Estados e aos conflitos armados não-internacionais, de acordo, respectivamente, com os artigos 2º e 3º, comum às quatro Convenções.

O Protocolo Adicional I buscou complementar e desenvolver os dispositivos das Convenções de Genebra aplicáveis aos conflitos armados internacionais. Aproveitou-se, também, este Protocolo, fruto da falta de atualização das regras inerentes ao Direito de Haia, para se desenvolver e complementar certas regras inerentes aos métodos e aos meios para a condução das hostilidades. O Protocolo Adicional II, des-

17 N.A.: Apesar de ter sido assinado na cidade de Genebra, pertence ao Direito de Haia.

tinado à proteção das vítimas dos conflitos armados não-internacionais, veio complementar o artigo 3º comum às Convenções de Genebra.

Conflito armado internacional

Entende-se como conflito armado internacional, para aplicação da legislação pertinente, as seguintes situações:

- a guerra declarada entre Estados;
- os conflitos armados entre Estados;
- a ocupação total ou parcial do território de um Estado, ainda que tal ocupação não encontre resistência militar; e
- os conflitos armados nos quais os povos lutem contra a dominação colonial, a ocupação estrangeira, regimes racistas, todos atendendo ao exercício do direito dos povos à autodeterminação.

O Direito de Genebra aplicado aos conflitos armados internacionais é aquele constante das Convenções de Genebra de 1949 e do seu Protocolo Adicional I.

Conflito armado não-internacional

O conflito armado não-internacional está tipificado de acordo com o artigo 1º do Protocolo II como “aquele que ocorre no território de um Estado, entre suas Forças Armadas e as Forças Armadas dissidentes, ou grupos armados organizados que, sob a chefia de um comando responsável, exerçam sobre uma parte do território um controle tal que lhes permita levar a cabo operações militares contínuas e concertadas”.

Com tal definição, conclui-se que tem de existir uma clara identificação das partes em conflito.

Outro aspecto a considerar é que a condição do exercício de um comando responsável pela parte adversa reforça a necessi-

dade de que haja uma identificação efetiva da mesma.

Por fim, deve-se considerar que a obrigatoriedade da parte adversa de dispor de controle efetivo sobre parte do território, (de tal forma que possa conduzir operações militares contínuas) reforça, de fato, a sua existência.

Portanto, a eventualidade da ocorrência de luta armada no interior de um Estado, entre a autoridade legal e parte da população, sem que se possa diferenciar as partes em conflito, ou entre a autoridade legal e um grupo insurgente claramente identificado, mas que não disponha de controle sobre o território como é requerido, conforma situações que não poderão ser consideradas como um conflito armado não-internacional.

Deverão ser caracterizadas como **tensão ou distúrbio internos**, sendo a legislação aplicável aquela prevista no direito interno do Estado em questão.

O Direito de Genebra aplicado aos conflitos armados não-internacionais é aquele constante do artigo 3º, comum às Convenções de Genebra de 1949 e do seu Protocolo Adicional II.

O Direito de Guerra e a ONU

A aplicabilidade do Direito da Guerra às forças da ONU constituía uma discussão antiga, que já teve interpretações distintas.

“O Comitê Internacional da Cruz Vermelha sempre defendeu que as Convenções de Genebra de 1949 e o seu Protocolo Adicional I (PAI), são aplicáveis *“mutatis mutandis”*¹⁸, às operações da ONU, como normas costumeiras. Já outros juristas consideravam que a ONU estava vinculada por tais textos internacionais, uma vez que a maioria dos seus Estados-membros os ratificaram.”¹⁹

18 N.A.: Mudado o que deve ser mudado.

19 N.A.: MELLO, Celso D. de Albuquerque Celso. *Direitos Humanos e Conflitos Armados*. Op.cit. pag.120.

Para dirimir dúvidas quanto aos diversos pontos de vista, e buscando garantir um procedimento uniforme quanto à aplicação do Direito Internacional Humanitário (DIH) por forças operando sob mandato da ONU, o Secretário Geral das Nações Unidas estabeleceu um documento normativo sobre a observância do DIH pelas forças das Nações Unidas²⁰.

Ficou previsto que os princípios e normas fundamentais do DIH estabelecidos em tal documento serão aplicáveis às forças sob mandato das Nações Unidas, quando participem ativamente como combatentes em situações de conflito armado, na condução de ações coercitivas ou em operações de manutenção da paz, quando esteja permitido o uso da força em legítima defesa.

O DICA e seu emprego

Tradicionalmente, um conflito armado começava com um aviso prévio e explícito, tal como uma declaração de guerra ou algo similar. Entretanto, com a proibição da recorrência ao uso da força nas relações internacionais, um conflito armado na atualidade tem um início informal, por meio da ocorrência de uma situação de fato, que dá lugar à aplicação das disposições do Direito da Guerra.

Em linhas gerais, o Direito Internacional Aplicado aos Conflitos Armados (DICA) tem como propósito submeter as situações de extrema violência, inerentes aos conflitos armados, ao domínio de uma legislação²¹. Portanto, este conjunto de

normas não pode corresponder a uma visão utópica dos conflitos armados, sob risco de não ser aplicado. O DICA é aplicável a todos os ambientes de guerra, ou seja, condiciona as guerras terrestre, marítima e aérea.

O conjunto de normas do DICA é permeado por alguns princípios fundamentais. Estes princípios, se bem observados, têm com propósito permitir o cumprimento da missão atribuída a um comandante militar, com mais eficiência e eficácia, sem utilização excessiva de recursos e sem resultar em destruição ou baixas desnecessárias.

Tais princípios fundamentais são os seguintes:

- princípios da distinção;
- da limitação;
- da proporcionalidade;
- da humanidade; e
- da necessidade militar.

O Princípio da Distinção

O princípio da distinção prevê que as partes em conflito devem sempre, durante a condução das operações militares, fazer a distinção entre população civil e combatentes, assim como entre bens de caráter civil e objetivos militares, devendo, portanto, dirigir suas operações unicamente contra objetivos militares. Tal princípio, que está estabelecido no artigo 48 do PAI, busca assegurar o respeito e a proteção da população civil e dos bens de caráter civil. A aplicação de tal princípio é, em sua essência, dinâmica, pois, como será exposto, tanto a qualificação de objetivo militar como a de bem de caráter civil permite, ao

20 N.A.: ANNAN, Kofi A., 1999, *Observancia del derecho internacional humanitario por las fuerzas de las Naciones Unidas*. Boletín del Secretario General, 6 de agosto de 1999, Nueva Iorque, Naciones Unidas.

21 N.A.: Pode-se considerar também a guerra como a instalação do caos, e o DICA, o instrumento possível que a sociedade internacional engendrou, para ajudar a trazer ordem ao caos.

longo de um conflito, interpretações variadas e uma evolução permanente.

Quanto aos **objetivos militares**, estes compreendem, obviamente, os combatentes, os estabelecimentos, as unidades e transportes militares, e as posições onde se localizam tropas.

Entretanto, também são objetivos militares os bens, que por sua natureza, localização, finalidade ou utilização contribuem efetivamente para a ação militar do inimigo e assim, sua destruição total ou parcial, sua captura ou neutralização oferecem uma vantagem militar precisa.

Observa-se que tal definição de objetivo militar é bastante flexível, e permite atender às demandas reais da ação militar. Por exclusão, devem ser considerados **bens de caráter civil** todos os bens que não sejam objetivos militares.

Conclui-se, portanto, que os bens normalmente civis

podem se converter em objetivos militares, de acordo com a evolução da situação. Como exemplos sucintos de tal afirmação, podem vir a ser considerados objetivos militares, com a escalada de um conflito e por conseguinte alvo de ataques, a infra-estrutura de transportes civil, o sistema de telecomunicações, o sistema de geração de energia, prédios civis envolvidos em atividades militares, etc. Neste contexto enfatiza-se, novamente, que as regras do DICA não podem ser utópicas e devem coadunar-se, na medida do possível, com as necessidades do conflito armado.

É considerada **pessoa civil** toda pessoa que não pertença às Forças Armadas, não seja membro de milícias ou de grupos de resistência organizados e que não tome parte em um levantamento em massa.

As pessoas civis gozam de um estatuto de proteção especial e não podem, em princípio, ser alvo de ataque. Entretanto, quando participam diretamente do conflito armado, perdem o estatuto de proteção e são passíveis de sofrer ataques.

Infere-se, neste contexto, que pessoas civis trabalhando em locais que são considerados objetivos militares estão participando diretamente do esforço de guerra e que, por conseguinte, sua presença não inabilita a condução de ataque sobre tais objetivos militares.

O princípio da distinção rege, portanto, a escolha de objetivos durante a ação militar e sua estrita observância tem como decorrência

evitar-se a condução de ataques indiscriminados, que são proibidos. Entende-se como **ataques indiscriminados** os que, em sua condução, não se dirigem contra um objetivo militar determinado, ou que, devido aos métodos e meios empregados, podem atingir indistintamente objetivos militares e bens de caráter civil, ou civis.

Fruto dessa legislação, não é mais aceitável a condução de bombardeios aéreos de altitude, nem o emprego de armas incendiárias sobre áreas que mesclam objetivos militares, bens de caráter civil e população civil.

Fruto dessa legislação, não é mais aceitável a condução de bombardeios aéreos de altitude, nem o emprego de armas incendiárias, sobre áreas que mesclam objetivos militares, bens de caráter civil e população civil

Tais limitações, decorrentes do princípio da distinção, possivelmente contribuíram para o desenvolvimento de toda uma geração de armamentos convencionais, que possuem sistemas de navegação e de guiamento extremamente precisos, tais como os observados nos mísseis de cruzeiro e nas bombas ditas "inteligentes", que têm sido, na atualidade, empregados prioritariamente na destruição de objetivos militares situados em áreas de concentração urbana.

Pode-se, inclusive, inferir que a propaganda norte-americana sobre os "ataques cirúrgicos" levados a cabo sobre objetivos militares em cidades iraquianas, no decorrer da Guerra do Golfo, tinha também como propósito propalar que o princípio da distinção estava sendo cumprido.

Considera-se que os ataques que venham a causar acidentalmente perdas de vidas humanas na população civil, ferimentos nos civis, danos nos bens de caráter civil ou uma combinação dessas perdas e danos²², **desde que não sejam excessivos em relação à vantagem militar concreta e direta esperada**, não configurariam ataques indiscriminados, e seriam, portanto, ataques lícitos. Somente seriam considerados como indiscriminados os ataques em que tais perdas fossem excessivas em relação à vantagem militar auferida²³.

Obviamente, o entendimento do que representariam perdas excessivas no âmbito da população e bens civis, fruto de ataques conduzidos sobre objetivos militares

existentes nas proximidades, será subjetivo às partes adversas²⁴ e algo de difícil acordo mútuo.

Com certeza, tal divergência de entendimento, no futuro, continuará sendo explorada pela propaganda de guerra dos beligerantes.

Cabe ressaltar que, **na guerra marítima**, que tradicionalmente tem na identificação do inimigo um dos seus maiores problemas, a aplicação do princípio da distinção tende a ser mais difícil.

Contribuem para tal dificuldade a liberdade de navegação que os neutros continuam a gozar, a disponibilidade de sistemas de armas com alcances além do horizonte e as necessidades próprias inerentes à defesa das forças navais. Entre outras razões, a necessidade de atendimento deste princípio na guerra marítima tende a legitimar a adoção de zonas²⁵, por parte dos beligerantes, de forma a contribuir para evitar-se ataques sobre navios que não constituam objetivos militares.

Princípio da Limitação

O princípio da limitação restringe o direito das partes em conflito em escolher livremente os meios e os métodos de guerra que serão empregados. Estabelece, ainda, que é proibido utilizar armas, projéteis e materiais, assim como métodos de guerra que causem males supérfluos ou sofrimentos desnecessários, ou que causem danos extensos, duradouros e graves ao meio ambiente²⁶.

22 N.A.: Tais perdas constituem uma ocorrência normal, em caso da condução de ataques sobre objetivos militares, em área de concentração urbana.

23 N.A.: Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais. Genebra: CICV, 1977. artigo 51 parágrafo 5º alínea b.

24 N.A.: Estas considerações sobre o ataque indiscriminado têm como propósito, novamente, enfatizar o realismo que permeia as normas do DICA.

25 N.A.: Apesar do DI ainda não reconhecer expressamente tais zonas, seu estabelecimento na guerra marítima busca, de uma forma geral, conciliar a necessidade militar das forças navais beligerantes, o direito dos Estados neutros e o uso legítimo dos mares.

26 N.A.: Previsto no artigo 35 do Protocolo Adicional I.

Portanto, os beligerantes não possuem um direito ilimitado na escolha de meios para prejudicar o inimigo e devem pautar sua ação, de forma a evitar males supérfluos e sofrimentos desnecessários.

Princípio da Proporcionalidade

O princípio da proporcionalidade prevê que se deve utilizar a força não mais que necessária, para atingir os objetivos militares designados.

Ou seja, o uso da força não deve ser desproporcional em relação à vantagem militar que se deseja alcançar, não ocasionando vítimas ou danos civis excessivos, em face do resultado global esperado. Portanto, deve ser evitada toda forma de violência que não seja necessária ao cumprimento da missão.

Princípio da Humanidade

O princípio da humanidade busca preservar a pessoa humana e garantir os seus direitos, protegendo-a das arbitrariedades durante o conflito armado.

Tal princípio constitui a razão de ser da existência do DICA, o que pode ser constatado na definição inerente a este direito, que, quando estabelece as limitações impostas às partes em conflito e à proteção que deve ser provida às pessoas e aos bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito, o faz por razões humanitárias.

Princípio da Necessidade Militar

Quanto ao princípio da necessidade militar cabem algumas considerações.

“De acordo com alguns juristas internacionais, o Direito da Guerra seria regido por

somente dois princípios: a necessidade e a humanidade.

O primeiro, que se desenvolveu na Alemanha, estabelece que na guerra, para se conseguir a vitória, não há qualquer restrição aos meios a serem empregados.

É a tese de Hartman, que nega as leis da guerra. Não haveria assim leis da guerra.

Essa teoria tem fundamento na “razão de Estado”, é meramente política e não encontra acolhida no DI.

O princípio da humanidade visa exatamente temperar a teoria da necessidade.

Na verdade, negar a existência do primeiro princípio é desconhecer a realidade da guerra; e negar o segundo é transformar a guerra em algo que está fora do direito.

Em verdade, os dois princípios coexistem²⁷.

Frédéric de Mulinen aduz que a necessidade militar é um princípio que justifica a adoção de medidas que não estejam proibidas pelo Direito da Guerra e sejam indispensáveis para vencer o inimigo. E agrega que o direito positivo moderno²⁸ já foi estabelecido, tendo amplamente em conta o princípio da necessidade militar, e que, portanto, somente se pode invocar a necessidade militar dentro dos limites permitidos pelo Direito da Guerra atual.

Observa ainda que o Direito da Guerra prevê expressamente as revogações das disposições de proteção em caso de necessidade militar imperiosa ou análoga; e que tais revogações implicam em que, quando o cumprimento da missão assim o requireira, pode ser reduzido, modificado ou abandonado o estatuto de proteção²⁹.

27 N.A.: MELLO, Celso D. de Albuquerque Celso. *Curso de Direito Internacional Público*. Op.cit. pag.1326, 1327.

28 N.A.: O direito positivo representa o conjunto de preceitos elaborados pelo homem, legislado ou costumeiro, que regula ou já regulou uma sociedade em determinado momento histórico.

29 N.A.: MULINEN, Frédéric de. *Manual sobre el derecho de la guerra para las fuerzas armadas*. Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja, 1991. pag 89, 90.

Portanto, levando-se em conta as necessidades inerentes ao cumprimento da missão em um conflito armado, um comandante, baseado no princípio da necessidade militar, poderá reduzir, modificar ou flexibilizar, *em casos excepcionais*, as normas estabelecidas no DICA, a fim de poder cumprir a sua missão.

A neutralidade

Antes de encerrar-se esta sucinta introdução aos aspectos legais sobre o uso da força nos conflitos armados, é necessário comentar-se as regras inerentes à neutralidade, que estão previstas no contexto do Direito de Haia. A neutralidade estabelece um conjunto de direitos e obrigações impostas aos beligerantes e neutros.

Com o advento da proibição do recurso à força para solução de controvérsias nas relações internacionais, como estabelecido pela Carta da ONU, iniciou-se uma discussão sobre a validade da existência da neutralidade nos dias de hoje. Alguns juristas argumentam que, como a guerra passou a ser um ilícito, a tendência é a desapareição da neutralidade no concerto das nações, uma vez que não se pode permanecer passivo diante de um ilícito, não cabendo, portanto, tal postura a um Estado.

Entretanto, dentro de uma visão mais realista das relações internacionais, o que se tem observado com relação à neutralidade, neste período pós-Carta, é a adoção de uma postura mais pragmática por parte dos Estados.

A neutralidade somente poderia se configurar na atualidade quando previamente surgisse no cenário internacional um conflito armado entre Estados, sem que existisse para debelá-lo a adoção de uma ação de força por parte do Conselho de Segurança da ONU.

Na hipótese de ser decidida, pelo Conselho de Segurança, uma ação armada contra um determinado Estado, considerado agressor, com o objetivo de restabelecer a paz e segurança internacionais, devem todos os Estados colaborar para tal fim, não havendo espaço para a neutralidade.

Por conseguinte, sempre que o Conselho de Segurança houver imputado a uma ou mais partes em um conflito armado a responsabilidade de haver recorrido à força em violação ao direito internacional, os demais Estados membros das Nações Unidas estarão obrigados a não prestar assistência ao Estado agressor e poderão prestar assistência a

qualquer Estado que haja sido vítima de tal agressão.

Os **princípios fundamentais que regem a neutralidade** são:

- a imparcialidade;
- o igual tratamento para com os beligerantes que se defrontam; e
- a inviolabilidade do espaço neutro.

O espaço neutro abrange o território terrestre, as águas territoriais ou neutras, conformadas pelas águas interiores, arquipelágicas e o mar territorial, e o espaço aéreo sobrejacente.

Quanto aos espaços equóreos da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Con-

Como a guerra passou a ser um ilícito, a tendência é a desapareição da neutralidade no concerto das nações, uma vez que não se pode permanecer passivo diante de um ilícito

tinental previstos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que pertençam a um Estado costeiro neutro, o entendimento consolidado no *Manual de San Remo sobre o Direito Internacional Aplicado aos Conflitos Armados no Mar*³⁰ estabeleceu que as mesmas são zonas de guerra naval válidas. Os beligerantes podem levar a cabo ações hostis, devendo, entretanto, tomar os cuidados necessários para não interferirem com os direitos de soberania concernentes à exploração e à exploração dos recursos econômicos daqueles espaços por parte do Estado costeiro neutro,

assim como para garantir a proteção e a preservação do meio marinho.

O estatuto da neutralidade apresenta diversas vantagens, dentre as quais se pode destacar sua contribuição

para a circunscrição do conflito armado, para a limitação do desenvolvimento das operações bélicas em terra, mar e ar, e para a redução do impacto das hostilidades no comércio internacional.

A observância da neutralidade por parte de um Estado não requer uma declaração formal internacional por sua parte. O Estado neutro pode limitar e/ou regular o acesso às águas e ao espaço aéreo neutros de forma não discriminatória para os beligerantes e notificá-los-á adequadamente. Não estão contidos neste direito o acesso e a navegação por estreitos e rotas ma-

rítimas arquipelágicas, que, como previsto na CNUDM, não podem ser suspensos, nem mesmo em caso de conflito armado³¹.

O Estado neutro tem de adotar medidas para fiscalizar e prevenir a violação de sua neutralidade por parte dos beligerantes. Se um beligerante viola, por exemplo, as águas neutras, o Estado neutro tem de adotar medidas para fazer cessar tal violação. Se não o faz, o outro beligerante deverá adverti-lo para que o faça. Se a situação não se resolve, abre-se o precedente para que o beligerante que está se sentindo prejudicado pratique ações hostis contra seu inimigo nas águas neutras em questão.

O Estado neutro deve fazer respeitar sua neutralidade, se necessário, com o emprego da força

Portanto, deve o Estado neutro fazer respeitar sua neutralidade, se necessário, com o emprego da força.

Dentre outras, são consideradas ações

hostis, que violam a neutralidade:

- o ataque ou captura de pessoas ou bens sobre ou nas águas ou territórios neutros;
- o uso das águas neutras como base de operações; e
- a condução de minagem, visita, inspeção, diversão ou captura nas águas neutras³².

CONCLUSÃO

As considerações contidas nessa explanação, sobre os aspectos legais do uso da

30 N.A.: O *Manual de San Remo* foi elaborado, de 1988 a 1994, por um grupo de juristas e expertos em guerra naval que participaram, a título pessoal, de uma série de mesas redondas convocadas pelo Instituto Internacional de Direito Humanitário. Esse compêndio, que tem por finalidade expor o atual Direito Internacional aplicado aos conflitos armados no mar, contém algumas disposições que podem considerar-se desenvolvimentos recentes do Direito, porém a maior parte delas enuncia a normativa jurídica atualmente vigente.

31 N.A.: Artigos 44, 45 parágrafo 2º e 54 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

32 N.A.: Artigo 16 do *Manual de San Remo*.

força nas Relações Internacionais, devem ser vistas como uma sucinta introdução ao tema, o qual, por sua importância e atualidade, deve demandar maiores estudos e o adequado aprofundamento.

Por fim, enfatiza-se que o *jus in bello* – conformado pelas normas previstas no Direito de Genebra e no Direito de Haia –, que deve reger o comportamento do Estado em caso de conflito armado, tem, na atualidade, assumido a tendência de ser considerado um fator condicionante no emprego do Poder Militar dos países signatários.

Convencionalmente, está prevista a obrigatoriedade de sua divulgação para as Forças Armadas dos países signatários já em situação de paz, e sua observância tem sido levada devidamente em conta, em caso de beligerância, o que pode ser observado na condução das operações militares nos conflitos armados das Malvinas, em 1982, tanto por parte de argentinos como de ingleses, no Golfo, em 1990, por parte das forças sob mandato da ONU, e no Kosovo, em 1999, pelas forças de intervenção da OTAN.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO

<GUERRA> / Relações Internacionais /; Legislação /; Acordos; Direito da Guerra; Direito de Genebra; Direito de Haia; Direito de Nova Iorque; DICA; ONU;

BIBLIOGRAFIA:

1. MELLO, Celso D. de Albuquerque Celso. *Curso de Direito Internacional Público*. 11.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. v.2.
2. _____. *Direitos Humanos e Conflitos Armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
3. MULINEN, Frédéric de. *Manual sobre el derecho de la guerra para las fuerzas armadas*. Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja, 1991.
4. RONZITTI, Natalino. *Direito Internacional para Oficiais da Marinha Militar*. Roma, 1996.
5. SUÍÇA. *Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*. Ginebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1992.
6. _____. *Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*. Ginebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998.
7. SUÍÇA. *Derecho internacional relativo a la conducción de las hostilidades. Compilación de Convenios de la Haya y de algunos otros instrumentos jurídicos*. Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja, 1996.
8. SWINARSKI, Christophe. *Introdução ao Direito Internacional Humanitário*. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1993.

SUBMARINO-MUSEU RIACHUELO

Foram ao todo vinte anos de operatividade, 1.283 dias de mar, 17.699 horas e 41 minutos de imersão, 181.924 milhas navegadas. Ele, que é carinhosamente conhecido como "RIACHA", carrega o nome da Batalha Naval que tanto orgulho trouxe à Marinha do Brasil. É o segundo de uma série de três navios da Classe Oberon inglesa, trazendo um grande avanço no domínio de emprego e de novas técnicas para os procedimentos operativos, marcando uma nova etapa na história da nossa Força de Submarinos.

Foi construído na Inglaterra em 1973 e lançado ao mar em 6 de setembro de 1975, com seus 90,02 metros de comprimento, tendo sido incorporado à Armada Brasileira em 27 de janeiro de 1977.

Em 12 de novembro de 1997, realizou-se a Mostra de Desarmamento do Submarino, sendo o navio entregue ao Serviço de Documentação da Marinha e reclassificado como submarino-museu.

No Submarino-Museu RIACHUELO, atracado ao cais do Espaço Cultural da Marinha, o visitante terá uma noção da vida a bordo ao percorrer seus compartimentos e conhecer seu armamento, suas máquinas e equipamentos diversos.

O Espaço Cultural da Marinha fica localizado à Av. Alfred Agache, ao lado da Estação das Barcas na Praça XV. Aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min.